Paula Cristina Madureira da Silveira (c) (d) (e).
 Paula Cristina Melo Pereira Sampaio (c) (d).
 Paulo Alexandre de Oliveira Alves (c) (d) (e).
 Paulo Alexandre Gonçalves dos Santos (b) (c) (d) (e).
 Paulo César de Carvalho Lopes (c) (d) (e).
 Paulo Jorge da Cruz Queirós (c) (d) (e).
 Paulo Jorge de Abreu Guedes da Silva (l).
 Paulo Jorge Rodrigues Gonçalves (c) (d) (e).
 Paulo Manuel Casais Pereira (f).
 Paulo Manuel da Purificação Pinto (c) (d) (e).
 Paulo Sousa Beça (a) (d) (e) (f).
 Pedro Daniel do Vale Rodrigues Ferreira (g).
 Pedro Filipe de Lemos Pereira Miranda (c) (d).
 Pedro Jorge Costa Figueiredo Cordeiro (c) (d) (e).
 Pedro Miguel da Costa Moreira (c) (d) (e).
 Pedro Nuno Barbosa Lopes (f).
 Perla Margarita de Macedo Lago Ferraz (l).
 Pureza de Fátima Lopes Rodrigues Monteiro (a).
 Raquel Correia Borges (c) (d) (e).
 Ricardo Domingos Ferreira Moreira (l).
 Ricardo João de Sousa Bragança (f) (l).
 Ricardo Miguel Marques Regado (c) (d) (e).
 Romeu Araújo da Silva (c) (d) (e).
 Romeu Orlando Pereira Rodrigues (g).
 Rosa Armanda de Barros (c) (d) (e).
 Rosa Eugénia Martins Pereira (c) (d).
 Rosa Maria Fernandes Araújo da Silva (c) (d) (e) (f).
 Rosa Maria Pimenta Faria (l).
 Rosa Natália Leitão de Azevedo (c) (d).
 Rosa Soares Vieira Oliveira (c) (d) (e).
 Rui Manuel Costa Pereira (d) (e).
 Rui Manuel Fernandes de Amorim (c) (d) (e).
 Rui Pedro Ferreira Coelho (c) (d) (e).
 Rui Pedro Lourenço Lobão (l).
 Rute Isabel Ramos Rocha da Costa (c) (d) (e).
 Salomé de Fátima Ferreira Ramos de Freitas (c) (d) (e).
 Sandra Bela Almeida Martins de Jesus (c).
 Sandra Cristina da Silva Cruz (c) (d) (e).
 Sandra da Cunha Alves (c) (d) (e).
 Sandra Isabel Gonçalves Calçada Vieira (c) (d) (e).
 Sandra Maria da Silva Oliveira (l).
 Sandra Sofia de Jesus Martins Saraiva (g).
 Sara Margarida de Oliveira Fernandes (c) (d).
 Sérgio Paulo Araújo Franco (a).
 Sílvia Cristina Nunes de Melo (b) (c) (d) (e).
 Sílvia da Silva Gonçalves (c) (d) (e).
 Sílvia Maria da Cruz Silva (c) (d) (e).
 Simão Pedro da Cunha Mota Martins (c) (d) (e).
 Sónia Cristina Veríssimo Esteves (c) (d) (e).
 Sónia Maria Almeida da Silveira (b) (f).
 Sónia Marisa de Sousa Oliveira (c) (d) (e).
 Sónia Maria Martins de Barros (a) (c) (d) (e).
 Sónia Maria Raimundo Ferreira Vaz Pinto (c) (d) (e).
 Sónia Raquel Rodrigues Costa (c) (d).
 Sónia Regina de Jesus Miranda Leite (c) (d) (e).
 Susana Carla Almeida Ferreira Silva (c) (d) (e) (h).
 Susana Cristina Rebelo da Silva (f).
 Susana Patrícia Machado Gomes (c) (d) (e).
 Tânia Marisa Domingos Alexandre (l).
 Telma Marisa Costa Alves (c) (d) (e).
 Válder José Esteves Cardoso (f).
 Vanessa Palmira Silva de Vasconcelos (c) (d) (f).
 Vânia Filipa Martins Rebelo (c) (d) (e).
 Victor Francisco da Fonseca Rios (c).
 Virgínia Bernardes de Sousa (a) (c) (d).
 Vítor Armando Gonçalves Barroso (b) (f) (h).
 Vítor Manuel de Melo Tavares (l).
 Vítor Manuel Jacob Estrela (b) (c) (d) (e).

(a) Falta de requerimento, não assinado ou não conforme — n.º 11.1 do aviso de abertura.

(b) Falta de declaração sobre compromisso de honra ou declaração não conforme — n.º 11.2, alínea d), do aviso de abertura.

(c) Declaração de serviço não menciona tempo na carreira — n.º 11.3, alínea a), do aviso de abertura.

(d) Declaração de serviço não menciona tempo na categoria — n.º 11.3, alínea a), do aviso de abertura.

(e) Declaração de serviço não menciona tempo na função pública n.º 11.3, alínea a), do aviso de abertura.

(f) Falta do documento comprovativo das habilitações ou documento não conforme — n.º 11.3, alínea b), do aviso de abertura.

(g) Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 101/2003, de 23 de Maio.

(h) Declaração de serviço anterior à data da publicação do aviso de abertura.

(i) Habilitação literária insuficiente — n.º 8 do aviso de abertura.

(j) Falta de vínculo — n.º 8 do aviso de abertura.

(l) Falta de declaração do serviço ou declaração não conforme — n.º 11.3, alínea a), do aviso de abertura.

2 — De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os interessados dispõem do prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso para, caso queiram, dizer por escrito o que se lhes oferecer sobre a intenção de o(a) excluir.

2.1 — As respostas deverão ser dirigidas ao presidente do júri do concurso, Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Rua da Alfândega, 5, 1149-006 Lisboa.

3 — Nos termos do n.º 4 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, não é admissível a junção, em sede de audiência prévia, de documentos que pudessem ter sido apresentados dentro do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

4 — Durante o prazo estabelecido no antecedente n.º 2, o processo do concurso encontra-se à disposição dos interessados, para consulta, das 10 às 12 e das 15 às 17 horas, na Alfândega do Aeroporto do Porto, Aeroporto Francisco Sá Carneiro, Moreira, Maia, 4470 Maia.

24 de Janeiro de 2005. — A Presidente do Júri, *Maria Paula da Cunha Sousa Soares*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 1419/2005 (2.ª série). — Por despachos do director-geral das Instalações e Equipamentos da Saúde e da sub-directora-geral dos Impostos, por delegação de competência do director-geral, de 10 de Janeiro de 2005 e de 17 de Dezembro de 2004, respectivamente:

António João Cunha Loureiro, assessor do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos da Saúde — transferido para idêntico lugar do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, ficando colocado nos serviços centrais. (Isentos de fiscalização prévia.)

1 de Fevereiro de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DAS CIDADES, ADMINISTRAÇÃO LOCAL, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

Despacho conjunto n.º 126/2005. — O Decreto-Lei n.º 243/2002, de 5 de Novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 240/2003, de 4 de Outubro, e 188/2004, de 17 de Agosto, regula a fusão e conseqüente extinção do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) com o Instituto Nacional de Habitação (INH), em execução do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio.

Nos termos do n.º 6 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 240/2003, de 4 de Outubro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 188/2004, de 17 de Agosto, reverte para o domínio privado do Estado o património imobiliário edificado próprio do IGAPHE, constante de lista a elaborar para o efeito por aquele Instituto, aprovada por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e Administração Pública e das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional.

Assim, determina-se o seguinte:

1 — É aprovada a lista do património imobiliário edificado próprio do IGAPHE que reverte para o domínio privado do Estado, nos termos do n.º 6 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 240/2003, de 4 de Outubro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 188/2004, de 17 de Agosto, anexa ao presente despacho conjunto.

2 — A reversão produz efeitos na data de publicação do presente despacho.

10 de Janeiro de 2005. — O Ministro das Finanças e da Administração Pública, *António José de Castro Bagão Félix*. — O Ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, *José Luís Fazenda Arnaut Duarte*.